"MINAS JÁ NÃO HÁ. E AGORA JOSÉ? ": UMA ANÁLISE DO TRABALHO FEMININO NOS GARIMPOS DE CHIQUE-CHIQUE DE IGATU/ANDARAÍ-BA, NAS DÉCADAS DE 1930 A 1970

DANIELLA SILVA DOS SANTOS DE JESUS[1]

1- INTRODUÇÃO

> *Na Chapada Nova, [...] era coisa vulgar, verem-se mulheres de vida livre, no auge da influencia, transformadas repentinamente em negociantes, capitalistas,* ***garimpeiras****, hoteleiras e até alquiladoras, abandonando (...) a poliandria do tom. Era isso efeito de intuitiva previdência, reunida ao* ***instinto monogâmico****, ou da conservação da espécie (...).* ***Essas mulheres****, porém, constituindo exceções, à vista do grande número que, tendo o instinto, careciam de energia,* ***eram sempre de natureza varonil****. [..] Ai na Chapada, quando se apontava uma mulher livre, que impunha certo respeito, dizia-se: -* ***É mulher de punhal****; - o que valia dizer: - É um perigo, se lhe chegam a mostarda, ao nariz. (ROCHA, 2001, p. 87)- Grifos nossos.*

No romance Maria Dusá (1910), ambientado nas Lavras Diamantinas[2], na segunda metade do século XIX (auge da extração diamantífera), Lindolfo Rocha retratou a história de uma próspera prostituta, que assim como muitas mulheres pobres chegou à região em busca de melhores condições de vida. Este romance, embora tenha o mérito de ter referenciado pioneiramente a presença feminina no garimpo, pautou esta inserção tendo por base valores cristãos. Desta maneira, a mudança repentina de postura, que transformava "mulheres de vida fácil" em trabalhadoras honradas e prósperas justificava-se pelo instinto monogâmico da mulher, alcançada através do casamento, e não pela necessidade de sobrevivência. A presença de mulheres na prostituição, bem como na garimpagem e outras atividades ditas masculinas atentaria não somente à natureza feminina, mas especialmente à moral cristã.

As imagens construídas sobre as mulheres garimpeiras as relacionavam à prostituição e as masculinizavam (o sexo era feminino, mas o gênero era masculino). Conforme evidenciou Rocha (2001) eram "mulheres de punhal" e de "natureza varonil". Barrozo (2007) e Caleiro e Rodrigues (2007) ao discorrerem sobre este aspecto relatam que o "fazer-se de homem" foi uma estratégia desenvolvida por estas mulheres para dar continuidade a seu trabalho, de modo a obter respeito e melhor exercer ofícios tipicamente masculinos. Esta estratégia denota que,

---

[1] Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA), bacharela em Serviço Social pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE), mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE). Bolsista CAPES. E-mail: daniellassj@gmail.com.

[2] Por Lavras Diamantinas entende-se um conjunto de cidades, que tiveram como base de referência econômica a extração de diamantes e carbonatos, a saber: Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Chique-Chique, atual Igatu desde 1888, passou a integrar o município de Andaraí, sendo ainda hoje distrito do referido município.

embora não houvessem impedimentos formais ao trabalho de mulheres na garimpagem, interdições de ordem moral foram forjadas para deslegitimar o trabalho feminino neste espaço. O fato do trabalho no garimpo ser pesado, insalubre, desgastante e se processar em áreas inóspitas e perigosas se constituiu em "trabalho de homem", não condizentes, portanto, com a suposta "natureza feminina".

A vila de Igatu, outrora Chique-Chique apresentava especificidades, que a diferenciava dos demais centros produtores das Lavras, posto que a sua localização geográfica, encravada em plena serra, não favoreceu o desenvolvimento de atividades complementares ao garimpo. Estava mais vulnerável às oscilações econômicas, o que reduzia as possibilidades de emprego da mão de obra masculina. Muitos homens por não acharem trabalho partiram em busca de novas frentes de garimpo em outros estados, se estabeleceram na pecuária, na extração de madeira e nas lavouras próximas, muitas vezes abandonando as famílias. Fonseca (1997) relata que a intensa mobilidade geográfica dos homens em busca de trabalho, deixava as mulheres em estado de abandono. Estas mulheres "abandonadas" não tinha outra alternativa a não ser trabalhar, assumindo na ausência do marido a chefia da família.

Pela configuração do trabalho no garimpo, acredita-se que muitas mulheres mesmo tendo o marido em casa, procuravam outras formas de auferir renda, de modo a escapar à miséria que representava a dependência exclusiva dos rendimentos do marido. É válido salientar que o garimpeiro não era um trabalhador assalariado, recebendo semanalmente de seu *fornecedor*[3] uma provisão de víveres de primeira necessidade até que fosse finalizado o serviço (Sales, 1944). Todavia, o *saco* era calculado para sustentar uma só pessoa e em face do esgotamento das lavras e redução do número de *fornecimentos*[4] as chances de se encontrar diamantes eram diminutas. E a família como sobreviveria até que seu provedor encontrasse algum diamante? Diante das circunstâncias históricas vivenciadas em Chique-Chique o trabalho feminino era inevitável, afinal de contas, quem garantiria uma renda regular e a sobrevivência da família?

Abraçando a perspectiva dos estudos de gênero, objetiva-se analisar a constituição histórica do trabalho feminino, inclusive no garimpo, em Igatu/Andaraí-Ba, nas décadas

[3] Aquele que fornece a alimentação e ferramentas para o garimpeiro em troca da "meia-praça", que consiste em uma "sociedade" constituída pelo garimpeiro e seu fornecedor, que tem um papel de sócio capitalista. O diamante auferido com o serviço fornecido deveria ser dividido pela metade entre os sócios.
[4] Nome dado ao sistema de "meia-praça" e/ou provisão de alimentos que o garimpeiro recebe do fornecedor (saco).

compreendidas entre 1930 e 1950. A hipótese aventada é a de que em situações de crise econômica há uma maior flexibilidade do trabalho feminino para além do âmbito doméstico, inclusive desempenhando atividades na extração de diamantes, socialmente construída enquanto trabalho "de e para homens". Para tal, nos valemos da narrativa, sobretudo a oral, como fio condutor, buscando por meio dela entender os modos de vida, as lutas cotidianas, os acordos e os conflitos que envolveram homes e mulheres pobres, que viveram sob a constante tensão entre a normatização e a autonomia que a prática cotidiana lhes conferia. Este estudo terá como principal referência os relatos de homens e mulheres que compartilharam experiências comuns, no espaço temporal proposto, tendo como base metodológica a História Oral. Esta metodologia ao possibilitar a construção de novas versões para a História, ao "dar voz" a grupos historicamente excluídos, poderá fazer desta uma atividade mais democrática, por pensá-la a partir das referências e também do imaginário daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período histórico.

2- GÊNERO, TRABALHO E GARIMPO: À GUISA DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir dos meados do século XX verificou-se o alargamento das temáticas e do campo de investigação na pesquisa histórica. Temas relacionados à família, crime, negros e mulheres, por exemplo, emergiram e firmaram espaço no campo historiográfico. Desta forma, os estudos dos "de baixo" passaram a preencher as lacunas deixadas por uma forma tradicional de fazer história, dando voz às minorias sociais, às quais fora negado o reconhecimento como agentes do processo histórico. Se nos moldes tradicionais apenas os homens eram sujeitos da história, no ambiente historiográfico atual, não só os homens, mas também as mulheres ganharam visibilidade. Todavia, há espaços e sujeitos que permanecem esmaecidos! É o caso dos estudos sobre o trabalho feminino na garimpagem.

Se nas fontes documentais escritas, com exceção da literatura, a presença dos trabalhadores do garimpo é pouco significativa, no que tange às mulheres é quase que nula. É como se a história dos garimpos tivesse se processado sem a participação destas trabalhadoras, mesmo que sua presença tenha se dado em diversas atividades, principalmente por terem sido as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, indispensável à sobrevivência das famílias garimpeiras e relevante para a produção e reprodução da vida social. Cisne (2012) nos informa que a responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, possibilita

que a produção social seja realizada a baixo custo. A mulher é explorada duplamente pelo capital, dentro e fora de casa, sendo o trabalho doméstico, indispensável à reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos e de si própria.

Afora a relevância do trabalho feminino no que tange à viabilização econômica da atividade diamantífera, estudos sobre a inserção de mulheres neste universo é ínfimo, assim como são os estudos que retratam o universo garimpeiro como um todo. Os primeiros estudos sobre a região das Lavras Diamantinas, pouco informaram sobre o cotidiano dos trabalhadores do garimpo, por exemplo. Dentre estes trabalhos, destacam-se os de Gonçalo de Athayde Pereira, que se dedicou a escrever memórias históricas e descritivas dos municípios lavristas. O objetivo central destas memorias era o de tornar conhecida a região através da publicização das riquezas extraídas de suas serras. É um tipo de historiografia que naquele momento responde pelos interesses do Estado e reafirma a necessidade de conhecer o interior para melhor explorá-lo economicamente. A imagem do garimpeiro construída por Pereira é a do homem aventureiro, desprovidos de valores morais, que ávidos por enriquecer se lançava aos mais extraordinários perigos. O garimpeiro é representado, pois, como um ser errante e imprevidente, comportamentos que constituiria uma espécie de "índole garimpeira", Pereira (1936).

O trabalho de Sales (1955) mostrou-se mais atento às dificuldades vivenciadas pelos garimpeiros. Estes foram apresentados enquanto os mais desfavorecidos dos trabalhadores brasileiros, visto que não foram assistidos pela legislação trabalhista e pelo Código de Minas, devido às condições específicas de seu trabalho. Salientou que a exploração do diamante não se fundava em um assalariamento do trabalhador, e sim numa "sociedade" constituída pelo garimpeiro e seu *fornecedor*, baseadas num acordo verbal. Por este sistema, o *fornecedor*, contratante do serviço, supria apenas as necessidades básicas do garimpeiro até findado o serviço na serra, não o assistindo em casos de doenças e/ou acidentes de trabalho. Salienta, contudo, que mesmo com a instabilidade do garimpo, os garimpeiros não trocariam sua condição de *meia-praça*[5] pela de empregado, pois subverteria a "índole" do processo de exploração do diamante, negando o espírito de aventura do garimpo.

Este estudo, embora avance com relação aos trabalhos de Pereira (1936), sobretudo por abordar questões referentes às condições de vida e trabalho dos garimpeiros, se aproximou

[5] Sociedade constituída pelo garimpeiro e seu fornecedor. Nome dado ao garimpeiro submetido a esse tipo de contrato de trabalho baseado nos costumes.

desses ao defender, por exemplo, a ideia de "índole garimpeira", responsável por um comportamento imprevidente. Na contramão dos trabalhos de Pereira e Sales, Guimarães Neto (2005) chama a atenção para a necessidade de se levar em consideração a existência de uma lógica comercial que envolve as áreas de mineração. Seguindo os rastros dos garimpeiros logo apareciam negociantes de todo tipo, casas de jogos, prostíbulos, enfim vivia-se num mundo em que predominavam os estímulos comerciais. Defende que o comportamento imprevidente e gastador do garimpeiro é resultante do entrelaçamento entre ordem simbólica e comercial. O garimpeiro interiorizava esta representação, mostrando-se como alguém que precisava ostentar o seu ganho, acreditando que uma sina, boa ou má, o acompanhava.

Pesquisas historiográficas recentes, a exemplo das desenvolvidas por, Guimarães Neto (2006) e Jesus (2009) repensam estes estigmas atrelados aos garimpeiros. Para estas autoras, a superstição, aliada ao caráter esbanjador e imprevidente, é reveladora de outra lógica, que contrasta a abundância de prazeres e riquezas à falta de alimentos, de condições dignas de trabalho e exploração. Jesus (2009) em seu estudo sobre a vila de Igatu identificou as condições de vida e trabalho de homens, mulheres e crianças que cotidianamente arriscavam a vida nos garimpos. A pobreza é desvelada, mostrando como o imaginário sobre o garimpo consagrou uma falsa ideia de riqueza e facilidade. Embora imersos em um meio social que os oprimiam, homens e mulheres não se portaram de forma passiva face à exploração. Construíram cotidianamente estratégias para burlarem e resistirem aos infortúnios da pobreza, dentre elas destaca-se integração da mulher pobre ao mundo do trabalho remunerado.

Este trabalho aliado aos realizados em outros centros de mineração, nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Santa Catarina, constituirá bases importantes para pensar as configurações do trabalho feminino em Chique-Chique, resguardando as devidas diferenças e similitudes em relação à realidade lavrista.

A presença feminina na extração de ouro e diamantes em Minas Gerais é registrada por Figueiredo (1993) desde o período colonial. Apresenta diversas ocupações desenvolvidas pelas mulheres, dentre elas a de garimpeira. Ressalta que não havia impedimentos formais ao seu trabalho na mineração, todavia, diante das exigências de resistência física, a inserção das mulheres ficou restrita à função de carregadoras de gamelas. Caleiro e Rodrigues (2007), discordam do "papel apendicular" atribuído por Figueiredo às mulheres na produção. Afirmam que a função de complemento da força de trabalho não mais se ajusta aos garimpos atuais, posto

que, as funções desempenhadas por homens e mulheres dependem do momento, do local e da mão de obra disponível.

O trabalho das mulheres nas minas de carvão de Santa Catarina, conforme discorreu Carola (2002), foi intensificado nas décadas de 1940 e 1950, momento de crise em que diminuiu a oferta de emprego aos homens. Como estratégia de minorar a crise e ampliar os lucros a mão de obra feminina foi largamente utilizada, pois, fundamentados na "ideologia da crise" e nas "diferenças naturais", os mineradores ampliaram a utilização desta mão de obra, por ser de baixo custo. Salienta o autor que o trabalho destas mulheres, mesmo calcado em relações desvantajosas e de intensa exploração, representava muitas vezes o sustento das famílias, em face do desemprego do homem, mas também em situações de abandono, morte ou quando a família era numerosa e o salário do homem era insuficiente para mantê-la. Situações semelhantes ocorreram em garimpos do Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e também da Bahia, em que diante de situações de crise o trabalho feminino remunerado foi flexibilizado e mais aceito pela sociedade, em função da necessidade de sobrevivência.

O referencial teórico utilizado perpassa pela utilização da categoria gênero, tal como proposto por Scott (1990, p. 42), que define o gênero calcado na relação entre duas proposições que se articulam. A primeira pensa o gênero como "elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos" e como "forma básica de representar as relações de poder, em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis". Depreende-se que as características atribuídas ao feminino e ao masculino são construídas historicamente nas e pelas sociedades e ultrapassam o biologismo do sexo (Carola, 2002). Deste modo, contesta a naturalização do espaço privado/doméstico como naturalmente da mulher e do espaço público/fora do lar como naturalmente do homem, calcado nas diferenças biológicas e reitera o caráter cultural que re (define) os papeis sociais de homens e mulheres de acordo com as necessidades particulares de cada sociedade e de cada contexto histórico. O gênero sublinha o aspecto relacional entre o masculino e o feminino, e nenhuma compreensão de qualquer um dos dois podem existir separando-os (Scott, 1990).

Defende-se a vinculação da categoria gênero ao marxismo, pautada na centralidade do trabalho, ponto em que a interseção de classe e gênero se torna evidente. É pelo trabalho que se pode perceber "o caráter indissociável da reprodução do capital e da reprodução dos seres humanos, a subordinação da reprodução à produção e a sujeição de um sexo ao outro"

(Bittencourt, 2015, p. 3). A complexidade do capitalismo na organização do trabalho impõe uma lógica de separação e hierarquização do trabalho produtivo/reprodutivo, assalariado/doméstico e dos papeis sociais assumidos por homens e mulheres sob uma pretensa atribuição biológica. A divisão sexual do trabalho assume, portanto, a forma de divisão do trabalho social derivada das relações de gênero.

Em concordância com a análise de Carola (2002), Coelho (2005) e Barrozo (2007), acredita-se que o trabalho feminino na mineração foi marcado por atividades desvalorizadas, precárias condições de trabalho e acumulação de jornadas, fundamentadas na divisão sexual do trabalho. As atividades desenvolvidas por mulheres, sobretudo no âmbito doméstico, ao serem vistas como atributos naturais e/ou extensões de habilidades próprias do gênero feminino, foram consideradas dons e não trabalho (Cisne, 2012). O trabalho doméstico não foi pensado enquanto trabalho produtivo, por não ter uma retribuição em dinheiro contribuiu para desvalorizá-lo, inclusive aos olhos das próprias mulheres, fazendo com que não se percebam como trabalhadoras.

Embora as mulheres estejam imersas em relações desiguais de gênero, marcada pela hierarquização dos papeis sociais, acredita-se que na experiência da vida concreta homens e mulheres pela força da necessidade e das circunstâncias históricas improvisam, redefinem práticas e pensamentos. Neste sentido, esta pesquisa terá suas bases pautada na História Social do Trabalho, tendo como referência o conceito de experiência, de Edward P. Thompson. A categoria experiência se impõe como necessária para ajudar a evidenciar a capacidade de homens e mulheres romperem com condições historicamente impostas. A vivência da experiência não reproduz obrigatoriamente a ideologia dominante “ao contrário, a experiência pode levar a rever práticas, valores e normas e, ao mesmo tempo, pode ajudar a constituir identidades de classe, de gênero, de geração, de etnias”, (MARTINS, 2006, p. 118).

Acredita-se, portanto, que o trabalho feminino nos garimpos de Chique-Chique de Igatu foi marcado por uma infinidade de práticas e estratégias repletas de transgressão, negociação, mas, sobretudo de resistências. As mulheres, por uma questão de sobrevivência, ou mesmo por opção, adentraram um universo dito masculino, invertendo, reformulando e inventando novos papeis sociais para além dos que lhes foram atribuídos como desejáveis.

3- AS MULHERES COMO PROVEDORAS DO LAR

Chique-Chique, desde os primeiros anos de seu surgimento no século XIX constituiu-se num importante centro comercial das Lavras Diamantinas, posição alcançada em decorrência da intensificação comercial propiciada pela exploração diamantífera. Tal qual nos sugere Pereira (1936) o crescimento e prosperidade de Chique-Chique deveu-se às riquezas encontradas no Canal da Fumaça, cuja produção era tão abundante que era comum os garimpeiros recolherem os diamantes em tigelas. Este mesmo autor é quem nos informa também sobre a falta de vida própria desta povoação, em decorrência de situa-se em um platô rochoso onde "medra apenas vegetação especial", se referindo à espécie de cacto, que possivelmente deu nome ao lugar. Vivia, portanto, unicamente da mineração e não possuía quase que nenhuma possibilidade de desenvolver atividades correlatas ao garimpo.

Esta vila até a década de 1930 se constituiu na principal povoação do município de Andaraí (BA), e juntamente com a sede auferia as principais fontes de renda deste. Entretanto os anos entre 1930 e 1950, caracterizou-se enquanto um período bastante instável na Bahia, que vivenciava os efeitos de uma profunda crise econômica e social, somada a inconstância política e institucional e falência do modelo agrário-exportador que sustentava a economia. O declínio da mineração não foi ocasionado por um fator especifico, mas por um emaranhado de variáveis. A dependência com o mercado externo, atrelado aos constantes desequilíbrios climáticos, o esgotamento das jazidas de características aluviônicas, que tornavam as técnicas utilizadas obsoletas e insuficientes para a extração, a perda de prestígio político da região, os rebatimentos decorrentes das mudanças nos Códigos de Mineração, a desassistência trabalhista e a migração de mão de obra laboriosa tornaram inevitável o fim do "tempo do diamante", Jesus (2009).

Estes fatores interferiram diretamente na vida da população pobre do garimpo. Esta localidade por depender da mineração tornava-se mais vulnerável às oscilações econômicas. As condições de vida e de trabalho da população garimpeira se agravavam nas situações de crise, quando a sua mão de obra era ainda mais explorada e seu trabalho não era convertido num retorno financeiro. Em muitos momentos o dinheiro auferido pelas mulheres em suas atividades foi o único dinheiro disponível à família e que permitiu às mesmas assumirem a chefia de seus lares e garantirem algumas vezes a permanência dos filhos e maridos na serra.

A instabilidade do trabalho no garimpo, um trabalho que exigia o dispêndio de tempo para sua execução, atrelado à necessidade da permanência de longas temporadas na serra

destaca-se como um dos fatores que tornaram necessário o trabalho feminino. A permanência das esposas e filhas nas cidades "corroborava uma participação pública, haja vista as necessidades de irem aos mercados, transportar alimentos para o homem no garimpo, lavar roupa nos riachos e em alguns casos, mercar suas rendas, quitutes e serviços*"* (SILVA, 2007, p. 17). Perrot (1988), embora analisa um contexto diferente, demonstrou que a rua não era apenas um corredor de circulação, mas um meio de vida onde muitas mulheres pobres tiravam o sustento da casa. A própria realização dos trabalhos domésticos, que incluía alimentação, conservação da casa, da roupa, transporte de água, requeria tempo e implicava em deslocamentos pela cidade.

Tendo como ponto de reflexão o romance Cascalho, de Herberto Sales (1944 e 1956) é possível identificar que as várias personagens femininas estavam inscritas no perímetro urbano e distante das áreas de garimpo, assinalando, como sinalizou Silva (2007), uma autonomia feminina nas ruas, o que necessariamente não significa que as mulheres detinham um domínio da vida pública. No romance e nas falas dos entrevistados foram apontadas inúmeras atividades desempenhadas pelas mulheres: cozinheiras, prostitutas, empregadas domésticas, curandeiras, professoras, quituteiras, rendeiras, lavadeiras, engomadeiras, bordadeiras, costureiras. Para além das atividades ditas femininas as mulheres aparecem em atividades ligadas ao comércio e a atividade garimpeira: donas de pensão, ajudantes e donas de vendas, feirantes, alqueladoras (negociantes de animais de carga), donas de garimpo, "fornecedoras" e garimpeiras. O que nos permite afirmar que as mulheres estavam presentes em diversos espaços, desempenhando tarefas imprescindíveis a sua sobrevivência.

Em Cascalho as atividades realizadas pelas mulheres dos garimpeiros, iam desde os cuidados com a casa e os filhos à realização de variadas tarefas apontadas como fundamentais à manutenção da família, embora estas apareçam como complementares à renda masculina. O romance aponta os inúmeros percalços enfrentados por estas personagens para desenvolverem as suas atividades, demonstrando que estas também foram afetadas com a crise. Este foi o caso vivenciado pela mulher de Salú, que devido ao fato do marido está há muito tempo *infusado*[6], não tinha dinheiro para comprar milho para as galinhas – que comercializava os ovos - acarretando a perda destes rendimentos. (SALES, 1956, p. 89).

[6] Garimpeiro que não encontra diamante há muito tempo, nunca o fez ou o que auferiu não lhe rendeu muito.

No romance, a mulher de Salú, que era lavadeira possuía quatro freguesias, mas como as roupas da casa de Seu Teotônio eram muitas se viu na contingência de abandonar duas lavagens, recebendo assim 15$000 por mês. Sales ao destacar a situação dessa personagem, expõe os problemas vivenciados pelas mulheres num universo social excludente e a exploração do trabalho das lavadeiras. Estas, para aumentar a renda da família muitas vezes desenvolviam outras atividades, que resultavam na acumulação de jornadas de trabalho, correndo o risco de ainda serem apontadas como donas de casas relapsas. No caso da mulher de Salu, além de "lavar roupa pra fora", possuía uma pequena plantação no quintal e criava galinhas para vender os ovos, entretanto, como não conseguia alimentá-las, "vendeu a primeira galinha para comprar milho para as outras. **Mas Salu, que nessa altura estava sem fornecimento, teve de lançar mão do dinheiro**. Vendeu então, consecutivamente, a segunda, a terceira e a quarta galinha (...), (SALES, 1956, p. 90- Grifos nossos).

A partir deste trecho é possível perceber que em muitos momentos o único recurso disponível à família resultava do trabalho da mulher, sendo comum aos garimpeiros sem fornecimento lançar mão deste dinheiro para poderem fazer o *saco*[7] e irem tentar a sorte na serra o que reafirma o papel de provedora da mulher.

As atividades femininas, embora desvalorizadas e com uma baixa remuneração eram mais estáveis que o garimpo e possibilitavam a algumas mulheres se aventurarem na garimpagem como *fornecedoras*. Nesse universo feminino, grande parte das referências aponta as prostitutas como as principais financiadoras de garimpagens, sendo incluída por Sales (1944) no grupo dos "fornecedores ordinários", que dividiam com os garimpeiros os reveses da sorte. Também há em Cascalho (1956), referências às mulheres de garimpeiros fornecendo seus maridos.

O trabalho feminino por ser desvalorizado e mal remunerado exigiu uma acumulação de tarefas, de modo a que possibilitasse à mulher conseguir uma renda maior. As mulheres de que iremos tratar além de donas de casa e mães eram rendeiras, lavadeiras, empregadas domésticas, lavradoras, lenhadeiras e também garimpeiras, como disse Dona Zelita: "de tudo se fazia para ajudar dentro de casa"[8]. Diante da estagnação econômica, o garimpo aparecia como mais uma possibilidade da mulher pobre poder aumentar a renda da família, sendo a

[7] Provisão de alimentos adiantada ao meia-praça como parte no contrato firmado com o fornecedor.
[8] Maria José Jardim Azevedo (Dona Zelita), entrevista realizada no dia 17 de novembro de 2008.

inserção da mulher nesta atividade mais recorrente nos momentos de declínio, o que não significa dizer que não estavam presentes anteriormente. Era também quando relativamente era mais aceito pela sociedade, haja vista a necessidade de sobrevivência do grupo familiar, porém não sem conflitos e imposições.

As mulheres de Chique-Chique para trabalharem fora de casa tiveram que inventar táticas de sobrevivência e/ou resistência em meio a redes de solidariedade e de vizinhança que se improvisaram mostrando-se essenciais frente à estrutura de dominação que as oprimiam. É esta história de submissão e transgressão que contaremos a partir de agora.

4- O AVESSO DA RENDA: TRAÇOS, FIOS E TRAMAS DA INSERÇÃO FEMININA NO GARIMPO

Em todas as culturas a mineração sempre é vista como um trabalho masculino, por ser duro, insalubre e requerer preparo físico. Então somente um ser biologicamente superior poderia suportar essas precárias condições: o homem (Carola, 2006). Entretanto, se o sexo é dado pela natureza, o gênero é convencionado pela sociedade e no mundo das representações de gênero, há uma distância considerável entre o pensamento que prescreve comportamentos e a realidade dos papéis praticados cotidianamente na vida e no trabalho, especialmente quando se trata da história das camadas populares.

De acordo com Fonseca (1997), apesar do trabalho feminino nas classes populares ser indispensável ao seu sustento, a mulher pobre estava cercada por uma aura de moralidade oficial completamente desvinculada de sua realidade. O salário minguado do marido só por um milagre conseguiria suprir as necessidades domésticas e a dona de casa ao tentar escapar à miséria com seu próprio trabalho estava sujeita a ser estigmatizada como mulher “pública” e/ou como donas de casa descuidadas. Em Chique-Chique as mulheres parecem ter encontrado formas de se inserirem no garimpo e em outras atividades que requeriam distanciarem-se do lar, sem deixarem de ser mulher, mãe e dona de casa. Dona Alda, Dona Zelita e Dona Mariana, por exemplo, para não deixarem os filhos sozinhos em casa, nem expô-los aos revezes da serra, encontraram nos laços de solidariedade e de vizinhança uma alternativa: “(...) Era assim trocada

as três, um dia uma ia e uma ficava com as criança. No dia que não entendia nóis pegava as comidinha e levava pro garimpo eles ficava sentado num cantinho (...).[9]"

A preocupação com os filhos era constante. Geralmente numerosos, constituíam preocupações tanto em torno de como criá-los, sustentá-los, quanto de onde e com quem deixá-los para cumprirem essa função por meio do trabalho. O revezamento encontrado pelas mulheres citadas era fundamental, ao menos enquanto os filhos fossem pequenos: "Eu panhava lenha pra vender e ela também (não era só nóis não, eram muitas) Ela ia segunda feira eu ia terça, eu fui trabalhar garimpo também foi a mesma coisa (...)no outro dia que ela ia pra lenha eu ficava pra olhar os meninos(...)[10]".

Com o crescimento das crianças, essa situação tendia a mudar, já que os mais velhos passavam a ajudar nas tarefas, que incluíam tomar conta dos irmãos mais novos: "(...) mas quando os meninos cresceu nóis deu pra ir juntas, deixava os meninos dentro de casa, cada qual dentro de casa, mas os outros mais velho e nóis ia junto pra roça, pra lenha, pro garimpo.[11]"

Através das falas transcritas acima é possível identificar dois fatores importantes que as unem: a preocupação com os destinos dos filhos e a realização do trabalho sempre em grupo de mulheres. O trabalho feminino fora do lar estava calcado em rígidos códigos de moralidade que o via como um fator de desagregação familiar, sobretudo por desviar a mulher de seus deveres de mãe. Se estes códigos eram mais rígidos entre as classes mais favorecidas, entre as camadas mais populares eram mais frouxos, em decorrência da própria necessidade de sobrevivência, porém não menos intensos. A própria necessidade de acionar as redes de relação de ajuda mútua, denota que estavam atentas ao bem-estar dos filhos, inclusive o seu próprio trabalho tinha como fim a manutenção do lar. Com relação ao trabalho em grupos de mulheres, além de viabilizar um maior rendimento do serviço, era uma forma de se protegerem das más línguas, visto que a serra não era tida como um lugar adequado para uma mulher.

Embora o "esquema de alternância" no cuidado com os filhos tenha possibilitado a mulher se lançar ao garimpo, os cuidados com o lar e os filhos foi um entrave a uma investida maior por parte da mesma na atividade extrativa. A mulher pobre por não dispor de dinheiro para contratar alguém que olhasse os filhos, contou com a solidariedade de parentes ou das

[9] Alda Silva Pereira (Dona Neném), entrevista realizada nos dias 24 e 26 de janeiro de 2009.
[10] Maria Ferreira França (Dona Mariana), entrevista realizada no dia 17 de novembro de 2008.
[11] Maria José Jardim Azevedo (Dona Zelita), entrevista realizada no dia 17 de novembro de 2008.

vizinhas, entretanto mesmo se valendo deste recurso a execução de seu trabalho no garimpo era limitada, porque não era uma alternativa permanente. Muitas destas vizinhas provavelmente tinham muitos filhos e não teriam condições de assumir os cuidados dos filhos de outrem, sem contar que algumas delas também estavam inseridas no "esquema de alternância". Diante destes fatores, as mulheres não poderiam dedicar-se exclusivamente à garimpagem por não poderem se ausentar por períodos muito longos, tendo que *faiscar*[12] em serviços localizados próximos à vila. Esta foi a explicação, dada por Dona Zelita, quando questionei os motivos pelos quais ela não trabalhava junto com o marido: "porque (ele) trabalhava de dia e eu não podia, tinha menino, tá entendendo? A casa cheia de filho, como era que deixava os filhos pra ficar até mais tarde. Ele trabalhava pra lá, cada qual procurava seu mundo (...)"

O fato dos garimpos se situarem distantes do centro urbano permitiu a inserção de algumas mulheres no garimpo sem o consentimento dos maridos, como foi o caso de Dona Mariana. Esta nos revelou que seu primeiro marido não a deixava trabalhar no garimpo, "por causa de não judiá com os meninos no sol, no tempo, na chuva", mas quando o marido saia para o "garimpo dele" ela deixava os filhos na vizinha e saia para o "garimpo dela" com outra mulher. Acontece que um belo dia o marido descobriu, para sua sorte a descoberta se deu da melhor forma possível: com o *bambúrrio*[13] da esposa. Ai então como disse Dona Mariana foi o primeiro a ver o diamante e quem o vendeu.

Nestas empreitadas nas serras as mulheres trabalhavam em grupos compostos por duas ou três, contando quase sempre com a ajuda dos filhos mais crescidos, e trabalhavam quase sempre por conta própria: não recebiam *fornecimentos*. Todavia, existiram casos de mulheres fornecidas, como revelou Seu Guina: "Umas tinha, (fornecimento) outras não (...). Otávio mesmo tinha umas três ai que dava uns *fornecimento* a elas. Fornecia a ela e os filho que ela não tinha marido, né?(...)[14]".

Os casos de *fornecimentos* conforme ficaram evidenciados foram destinados àquelas mulheres que não tinha em casa a figura do chefe de família, não se estendendo às mulheres casadas, possivelmente por se julgar que estas tinham o marido para lhes sustentar ou que, semelhantemente às siebeiras, retratadas por Silva (2006), não eram contratadas por julgarem

[12] Tipo de garimpo de menor valor. Normalmente se configuraram enquanto garimpos já trabalhados anteriormente por outras pessoas.
[13] Achado de uma pedra de grande valor.
[14] Aguinaldo Leite dos Santos (Seu Guina), entrevista realizada dia 08 de fevereiro de 2009 em Igatu.

que as mesmas não desempenhariam bem serviços comumente destinados aos garimpeiros. Outro aspecto relevante que emergiu na fala de Seu Guina, foi também recorrente nas demais entrevistas e diz respeito ao fato da mulher não realizar a última fase da garimpagem, a lavagem do cascalho, considerado o momento mais importante do serviço de garimpo.

Quando perguntei a Dona Mariana se ela fazia todas as etapas do garimpo ela respondeu que só não fazia lavar, pois *é* "uma coisa tão difícil moça é preciso a gente saber bater corrida, é muito trabalho pra aprender apurar o garimpo". Acredito que para além da apuração ser um trabalho difícil, e de "ela não sabe lavar, só saber fofar e muntoar", a restrição do trabalho feminino às duas primeiras fases do garimpo esconde limitações impostas pelo gênero. As mulheres davam provas suficientes de que estavam aptas a serem garimpeiras, mas a divisão sexual do trabalho lhes impunha que lavar cascalho só era permissivo aos homens. Elas poderiam até está no garimpo, mas não eram "garimpeiras completas", não lavavam o cascalho, eram *curaus*[15]. Podemos aventar também que a não lavagem do cascalho pelas mulheres estivesse ligado a uma espécie de "má sorte", que poderia fazer com que o diamante se escondesse na presença da mulher, e como a apuração era uma fase que exigia uma atenção redobrada não se podia por em risco o serviço.

Esta aura supersticiosa, atrelada à suposta fragilidade feminina e a concepção de que o trabalho nas serras é masculino em função das duras condições em que se processa, contribuiu para a desvalorização do trabalho desenvolvido por estas mulheres, inclusive aos seus próprios olhos.

A partir das entrevistas constatou-se que as mulheres que "trabalhavam o garimpo", expressão comum em Chique-Chique, o fizeram em parceria com outras mulheres, como disse Dona Alda: "não trabalhava com homem não, é com mulher". Com exceção de Dona Mariana que trabalhou com seu segundo marido, recebendo a sua parte no trabalho, as demais entrevistadas relataram não terem "trabalhado" com o marido. Contudo, estas mesmas mulheres ao longo de suas narrativas dão indícios de que estiveram ao lado dos pais e dos maridos no garimpo em algum momento de suas trajetórias, mas não as referenciam enquanto trabalho, era antes uma "ajuda" dada à família. Em caso de pegarem o diamante tanto na condição de filha, quanto na de esposa não tiveram parte no diamante vendido.

[15] Garimpeiro iniciante, com pouca experiência.

É válido lembrar que a condição da dona de casa "ajudante" e a dona de casa "garimpeira" não foram muito discrepantes no tocante a ter acesso ao dinheiro auferido com a venda do diamante. As mulheres mesmo trabalhando por conta própria não possuíam autonomia para vender as pedras que por ventura pegassem. Estas eram comercializadas por seus maridos, por julgarem suas mulheres com poucas habilidades para tal fim. Em algumas falas, tanto dos homens, quanto das mulheres, houveram indícios de que os maridos eram que davam o serviço às suas esposas, o que possivelmente lhes davam o status de "patrão", todavia, não necessariamente as "sócias" recebiam a parte que lhes cabiam. Quando recebiam alguma coisa, a dona de casa acabava gastando nas necessidades mais imediatas da casa, logo o encontro do diamante, não chegava a representar uma realização individual da mulher, porque se inscrevia na lógica de obrigações familiares.

O trabalho feminino por inscrever-se no âmbito das responsabilidades para com a família, elemento que o impulsiona e o justifica moralmente, não necessariamente rompe com os fundamentos patriarcais da família pobre, porque não desestrutura o lugar de autoridade paterna, mesmo que saibamos que foi através das atividades de costura, da renda de bilros, do crochê, da lenha, do roçado, da vendagem de bolos, do garimpo, que muitos lares foram alimentados. Estas atividades constituíram-se numa sobrecarga de trabalho às donas de casas, que para exercê-las teriam ainda que dar conta de suas obrigações domésticas, esforço que financeiramente não eram compensatórios. Entretanto, o que poderia ser um estimulo a "abandonarem o barco" foi antes um incentivo, no sentido de que pelo seu trabalho não veriam os filhos passando por privações. E nesta labuta cotidiana construíram laços de solidariedade, preservaram e reinventaram valores por meios de suas necessidades e experiências, num movimento contínuo de (re) emendar os fios e tecer a trama de suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROZO, João Carlos. **Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai Diamantino.** Cuiabá- MT, Calini & Caniato, EdUFMT, 2007.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. **Gênero, trabalho e marxismo: a luta das mulheres brasileiras e a construção de um direito insurgente**. Anais do Encontro Marx e o Marxismo: insurreições, passado e presente, NIEP/MARX, Niteroi/RJ, 2015.

CALEIRO, Regina Célia Lima; RODRIGUES, Graciele Mendes. **Rompendo o silêncio: o cotidiano do trabalho feminino nos garimpos do Alto Jequitinhonha.** Montes Claros, v.9, n.º 1- Jan/Jun, 2007.

CAROLA, Renato Carlos. **Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964).** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo/SP, Editora Outras Expressões, 2012.

COELHO, Júlio Cezar. **Lapidando Diamantes- a presença da mulher nas zonas diamantíferas do leste mato-grossense (Lageado, 1933-1953).** Cuiabá-MT. Dissertação defendida na UFMT, 2005.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII.** Rio de janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FONSECA, Claúdia. **Ser mulher, mãe e pobre.** In: PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (cood). História das Mulheres no Brasil. 2.ª edição. São Paulo. Contexto, 1997.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX.** Cuiabá- MT, Calini & Caniato, EdUFMT, 2006.

JESUS, Daniella Silva dos Santos de. **Na trilha do diamante que fugiu: condições de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência nas serras de Chique-Chique de Igatu (1930-1950).** Feira de Santana/Bahia. Monografia apresentada à UEFS, 2009.

MARTINS, Suely Aparecida Martins. **As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura**. Santa Catarina, Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC, V. 2, N.º 2, agosto-dezembro, 2006.

PEREIRA. Gonçalo de Athayde. **Memória Histórica e descritiva do município de Andarahy.** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

ROCHA, Lindolfo. **Maria Dusá**. (1.ª edição em 1910), 2.ª Edição. Editora Ática, 2001.

SALES, Herberto. **Cascalho.** Rio de Janeiro. Edições O Cruzeiro, 1944.

_____, **Cascalho**. 3.ª edição revista e ilustrada. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1956.

_____, **Garimpos da Bahia**. RJ. Serviço de Informação Agrícola (Documentário da vida Rural, 8), 1955.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, V.16, N.º 2, jul/dez, 1990.

SILVA, Glaybson Guedes Barbosa da Silva. **Mulher, trabalho e turismo na Chapada Diamantina: em busca de alternativas possíveis para Igatu**. Feira de Santana (BA). Relatório final de Iniciação Científica (UEFS/ FAPESB), 2007.

SILVA, Sonilda Aparecida de Fátima. **Campos Verdes: memórias, história e saberes.** Goiânia; Dissertação de mestrado apresentada junto à Universidade Católica de Goiás, 2006.